



Mulheres e o mundo do trabalho: a infindável dupla jornada feminina

Women and work: the endless double female journey

■ Lisiana Lawson Terra da Silva

Resumo

Este trabalho busca fazer uma reflexão sobre o trabalho e o emprego feminino. Busca compreender como ainda hoje, em pleno século XXI continuamos a discutir se mulheres devem ou não trabalhar fora e como o cuidado com a família ainda é responsabilidade feminina. Partimos de dois pontos, em relação à questão de gênero, de como as mulheres não conseguem acessar certos postos de trabalho ainda considerados pertencentes somente ao mundo masculino. O segundo ponto, é a diferença que se observa na empregabilidade entre as mulheres pobres e com baixa escolaridade e as mulheres de classe alta e com capital cultural. Analisar o emprego das mulheres é analisar o seu estatuto social e, se o emprego produz diferenças sociais e hierárquicas, a de gênero é a que primeiro se destaca.

Palavras-chave:

Mulheres; Trabalho; Gênero; Classe; Subalternidade.

Abstract

This work seeks to reflect on female work and employment. It tries to understand how even today, in the XXI century we continue to discuss whether women should work or not, and the caring for the family is still a woman's responsibility. We start from two points, regarding the gender issue, of how women cannot access certain jobs still considered to belong only to the male world. The second point is the difference in employability among poor and low-educated women and women of upper-class and with cultural capital. Analyzing the employment of women is to analyze their social status and, if employment produces social and hierarchical differences, gender is the one that stands out first.

Key-words

Women; Work; Gender; Class; Subalternity.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo refletir acerca do trabalho feminino dentro e fora de casa. Pode parecer insólito, mas este tema não foi superado, ainda estamos discutindo se as mulheres devem ou não trabalhar fora de casa ou como articular o trabalho doméstico com o trabalho assalariado. Completamos em 2018 cinquenta anos dos movimentos sociais de maio de 68, da luta pela liberação da opressão sobre as mulheres e pela igualdade de direitos em relação aos homens. Sendo assim, podemos pensar que temos hoje a terceira geração de mulheres que foram educadas dentro da perspectiva da igualdade de gênero. Avançamos? Ou estamos criando e educando nossas filhas para um mundo do trabalho que elas na verdade não conseguirão acessar de forma plena?

Parto, portanto, de dois pontos, o primeiro em relação à questão de gênero, de como as mulheres não conseguem acessar certos postos de trabalho ainda considerados pertencentes somente ao mundo masculino. O segundo ponto, é a diferença que se observa na empregabilidade entre as mulheres pobres e com baixa escolaridade e as mulheres de classe alta e com nível de instrução superior.

Nesse ponto se faz necessário fazer considerações acerca da diferença entre trabalho e emprego neste trabalho. No viés marxista, trabalho é tudo aquilo que leva à produção material da vida, estando então incluídos qualquer tipo de trabalho, remunerado ou não e, até mesmo, o doméstico. No que se refere a trabalho e emprego, segundo Maruani (2009) não existe uma diferenciação definitiva entre os dois, esta depende do ponto de vista. Como explica a autora se falamos em mercado, trabalho e emprego são sinônimos, mas se falamos de oferta e demanda, eles possuem significado diferente, pois oferta de trabalho provêm dos indivíduos e oferta de emprego das empresas. Assim trabalho seria a atividade de produção de bens e serviços e emprego a entrada e saída do mercado de trabalho. A empregabilidade, isto é, o acesso ao emprego, ao mesmo tempo em que se traduz em espaço na sociedade, também contribui para a construção das hierarquias e diferenciações sociais. Ter emprego é uma das estruturas do funcionamento da sociedade.

Nesse sentido, em relação ao emprego feminino essa questão é fundamental, pois analisar o emprego das mulheres é analisar o seu estatuto social e, se o emprego produz diferenças sociais e hierárquicas, a de gênero é a que primeiro se destaca.

Historicizando a opressão

Proponho começar nossa análise a partir de uma autora brasileira que escreve no final da década de 60 e está, portanto, imersa no ambiente cultural dos movimentos de 68. Heleith Saffioti (1976) em seu livro *A mulher na sociedade de classes* faz uma análise sobre como as mulheres no sistema capitalista sofrem dupla opressão, a de gênero e a de classe. Seus estudos revelam que a divisão sexual do trabalho é fundamental na sociedade capitalista de classes a qual relega grandes quantidades de mulheres a uma posição de passividade e dependência no que tange a atividade econômica. Isto é, para a autora, as mulheres sob o sistema capitalista estão mais amarradas ao ambiente privado e doméstico.

Saffioti questiona a noção de que as mulheres foram lançadas à participação ativa econômica pelo capitalismo, lançando mão em sua argumentação da história e da comparação com outras organizações sociais como a socialista e a pré-capitalista, constatando que as

mulheres sempre estiveram incluídas em alguma medida na produção material da vida, mas que o sistema capitalista, por ser fundado na competição, e aí se verifica a competição entre os gêneros, contribuiu com a exclusão das mulheres do mundo público.

O recurso à comparação da condição da mulher em estruturas sociais de tipo diverso auxilia, indicando até que ponto a inferiorização social da mulher decorre de uma necessidade estrutural do sistema capitalista ou da mera persistência de uma tradição cultural. Ou ainda a redefinição dessa tradição, tendo em vista seu emprego racional como meio para a consecução de fins como o confinamento no lar, de uma mão de obra que o sistema produtivo dominante não tem capacidade de absorver (SAFFIOTI, 1976, p. 10)¹.

A autora continua sua análise colocando que em sociedades pré-capitalistas a mulher enquanto uma categoria definida naturalmente pelo seu sexo é submissa e dependente dentro de um mundo dominado pelos homens. Este fenômeno pode ser verificado historicamente, e Saffioti faz em seu livro um estudo desta inferiorização através do mundo do trabalho e, especialmente em como o sistema capitalista, enquanto uma sociedade competitiva oprime mais as mulheres do que quaisquer sistemas anteriores.

Em sociedades antigas, por exemplo, podemos pensar no caso das mulheres atenienses compreendidas, durante muito tempo, como um caso clássico de mulheres oprimidas dentro de uma sociedade que faz um corte radical nos papéis sociais masculinos e femininos. Desde o final da década de 90 do século passado, há uma produção historiográfica que busca compreender diferenças na organização social e estruturas mentais que colocam mulheres em um estatuto social inferior e de dependência jurídica em relação aos homens na Antiguidade. Estes trabalhos propõem um método de leitura das fontes históricas que se abrem para as relações de gênero. Utilizar o gênero como instrumento de análise é, em primeiro lugar, decidir fazer uma história de homens e mulheres que se constituem como sujeitos sexuais em processos nos quais os dois estão imbricados (SILVA, 2017). Esse olhar para a história possibilitou a historicização dos processos de opressão feminina e a análise da sociedade androcêntrica. Mesmo assim, há que se levar em consideração que sociedades antigas e pré-modernas organizam-se social e mentalmente de forma diversa que as capitalistas e assim, os processos de opressão levam em consideração outros princípios que não os do sistema capitalista, como a relação com o sagrado, por exemplo.

Nesse sentido, Federici (2017, p. 11) nos mostra que “a discriminação contra as mulheres na sociedade capitalista não é o legado de um mundo pré-moderno, mas sim uma formação do capitalismo, construído sobre diferenças sexuais existentes e reconstruída para cumprir novas funções sociais”. A autora faz um estudo sobre a transição histórica da opressão das mulheres do feudalismo para o sistema capitalista, em como este sistema se utiliza do trabalho doméstico das mulheres para a manutenção social, econômica e política. Aqui podemos pensar no patriarcado como um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres, que perpassa a história, mas que encontra no capitalismo seu ápice e se expande para todos os níveis da vida tornando-se fundamental para a alimentação do sistema.

Dentro desta lógica, Nogueira (2010), uma autora brasileira e que se inscreveria na segunda geração de mulheres pós-68 também faz uma análise sobre a mulher e o mundo do

¹ O livro “A Mulher na sociedade de Classes”, de Heleith Saffioti, utilizado neste trabalho, é um arquivo PDF que foi convertido e não possui paginação. Assim, os números de páginas das referências são do próprio PDF.

trabalho no sistema capitalista, em como as mulheres neste sistema sofrem uma combinação de exploração e de opressão. Exploração enquanto trabalhadoras assalariadas e opressão no mundo do trabalho doméstico. A autora nos leva a refletir sobre a divisão sócio sexual do trabalho, tanto no espaço produtivo (trabalho assalariado), quanto no reprodutivo (trabalho doméstico), pois essas duas dimensões do mundo do trabalho nos revelam questões objetivas, subjetivas, individuais e coletivas existentes nas relações sociais de gênero.

A forma como as sociedades organizam as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho variam no tempo e no espaço, isto é, são construídas social e historicamente. Nesse sentido, Nogueira (2010) pontua que a década de 70 do século passado coloca definitivamente a mulher no mundo do trabalho e isto ocasiona, em primeiro lugar, a consciência da desigualdade de gênero e, em segundo lugar, a reivindicação por salários iguais em trabalhos iguais e divisão mais justa no trabalho doméstico. Ou seja, entra-se na discussão da organização da família patriarcal e do ambiente privado, tendo como objetivo liberar a mulher da dupla jornada de trabalho. A autora continua pontuando que na década de 90, com a globalização, há uma ampliação do trabalho feminino, chamada de Feminização do Trabalho, mas que mantém inalterado o trabalho doméstico.

Dessa forma, a divisão sócio sexual do trabalho expressa uma hierarquia de gênero que, em grande medida, influencia na desqualificação do trabalho feminino assalariado, no sentido da desvalorização da força de trabalho e consequentemente desencadeando uma acentuada precarização feminina no mundo produtivo (NOGUEIRA, 2010, p. 59).

Dentro disso, o que se percebe é que o trabalho doméstico, que tem como base a família patriarcal, é responsável pela manutenção do sistema capitalista, na medida em que mantém a desigualdade entre os gêneros necessária para que se tenha um corpo de trabalhadores sempre em prontidão e em número suficiente para que os salários sejam cada vez menores. A reprodução desse sistema é função da mulher, por um lado como a grande procriadora e cuidadora desse grupo de trabalhadores e, por outro lado, ela mesma enquanto inserida no trabalho produtivo de forma precarizada em trabalhos temporários, de meio turno ou desvalorizados.

Se a divisão sexual dos empregos determina o espaço da mulher na sociedade, por outro lado, o desemprego marginaliza e exclui socialmente o indivíduo e neste quesito as mulheres são o grupo humano que predomina entre os desempregados de longo prazo. Ao mesmo tempo, a fronteira entre emprego/desemprego, no caso das mulheres, pode ser enganosa já que o emprego de tempo parcial ou os contratos de trabalho por tempo determinado são predominantemente femininos.

[...] a mulher se transforma em uma espécie de “exército de reserva” de força de trabalho sub-remunerada, permitindo que o modo de produção capitalista tenha “argumentos” suficientes para continuar, em grande medida, seu processo de precarização do proletariado em geral, e da mulher trabalhadora em particular (NOGUEIRA, 2010, p. 61).

Nesse sentido, o sistema capitalista enquanto sistema baseado na desigualdade, na competição e na hierarquização dos gêneros, não possui condições de alterar a exploração e

opressão da mulher, isto é, “a luta por uma divisão sexual do trabalho mais justa refere-se, portanto, também a uma luta contra o próprio capitalismo” (NOGUEIRA, 2010, p. 60). E essa luta tem como mote a família patriarcal, já que esta é um dos pilares do sistema capitalista. Assim, torna-se imprescindível a discussão sobre a divisão das tarefas domésticas, ou seja, torna-se imprescindível a discussão sobre as relações familiares, sobre o mundo privado, tendo-se em mente que é neste ambiente onde se formam as relações de dominação e subordinação da mulher. Relações essas que estão fundamentadas em uma visão androcêntrica da sociedade, e que entendemos como uma construção sócio mental que elabora representações do mundo tendo como eixo uma visão masculina. A sociedade androcêntrica estrutura-se a partir de uma valorização dos lugares masculinos, normatizando toda e qualquer relação. Como nos coloca Bourdieu (2014):

A visão androcêntrica é assim continuamente legitimada pelas próprias práticas que ela determina: pelo fato de suas disposições resultarem de sua incorporação ao preconceito desfavorável contra o feminino, instituído na ordem das coisas, as mulheres não podem senão confirmar seguidamente tal preconceito (p. 44).

Sendo assim, as mulheres enquanto seres dominados aplicam as mesmas categorias mentais dos dominantes e as expressam de tal forma que as constituem como naturais. Daí a necessidade de desconstrução da visão naturalizada da inferioridade feminina através da historicidade das relações de gênero.

Subalternidade feminina

Se por um lado, as primeiras categorias femininas marginalizadas da atividade produtiva e disciplinadas para a construção e a manutenção da sociedade, são as esposas dos burgueses, por outro lado, existe uma categoria que o sistema capitalista não pode prescindir que é a mulher pobre e que trabalha por salários inferiores ao dos homens. Isto gera não só a marginalização dos postos de trabalho, mas também a marginalização social, de status. Dado então, a inferiorização dos salários femininos e sendo este um sistema competitivo, os homens começam a perder postos de trabalho, emprego, para as mulheres que recebem salário menor, gerando com isso em primeiro lugar a pauperização das famílias e em segundo o desenvolvimento de teorias de que as mulheres devem permanecer em casa com a família e os filhos, a ideia de “guardiães do lar”. Pois, se a oferta de emprego é restrita o homem é que deve ocupar estes postos e prover a família, sendo assim, a sociedade androcêntrica disciplina e oprime, principalmente, a mulher que é esposa e mãe.

A base para a busca da igualdade de direitos entre mulheres e homens passa pela questão da independência econômica por um lado e por outro pela emancipação em relação à cultura androcêntrica, pois a participação social feminina passa necessariamente pelo mercado trabalho. O trabalho na esfera pública, o emprego, em oposição ao trabalho doméstico é que garante à mulher maior poder de fogo na luta por direitos. Mas tendo a mulher handicap inferior ao do homem, os empregos destinados a elas são aqueles que os homens não querem ou que entendem estar de acordo com a cultura feminina.

Uma vez que as mulheres estão associadas ao ambiente doméstico, nada mais lógico do que na hora do emprego reproduzam esse sistema e serem as empregadas domésticas ideais. O

emprego doméstico analisado por Saffioti (1979) ainda não possuía a série de direitos trabalhistas adquiridos recentemente, ao contrário, era como um prolongamento das relações paternalistas, onde as empregadas eram como que pertencentes a uma parentela, retirando delas qualquer pretensão profissional, estavam acantonadas no mundo do favor. Muitas delas dormiam e comiam na casa dos patrões e faziam qualquer tipo de serviço sem qualquer observação de horários e folgas. Esta compreensão do trabalho doméstico no Brasil enquanto algo que não se encaixaria plenamente dentro da lógica de mercado ainda persiste e a relação entre patroa e empregada doméstica não obedece a mesma lógica que em outros setores do mercado econômico mostrando com isso a nossa dificuldade enquanto sociedade em reconhecer o valor do empregado doméstico.

As mulheres são o gênero preferido para, em momentos de expansão econômica, entrarem no mercado de trabalho em empregos que são temporários ou frágeis. Nesse sentido é que o emprego doméstico é essencialmente feminino, pois embora a remuneração nem sempre seja inferior a outros empregos do setor terciário (também ocupado por mulheres), seu status é muito baixo. É um dos empregos de que menos se precisa de capacitação ou escolarização.

Na parte em que a autora analisa o estilo de vida das empregadas domésticas e relata seus gostos e práticas cotidianas, ela também faz a mesma análise em relação às patroas construindo uma relação entre classes sociais femininas diferentes. Assim, ela mostra como a diferença de classe entre mulheres deve ser levada em consideração na análise. Saffioti diz que na sociedade capitalista a classe das pessoas se separa de seu status, quer dizer que, se antes a questão econômica fazia parte de um conjunto que constituía um grupo social dividido em castas ou estamentos, agora no capitalismo a questão econômica se torna de alguma forma autônoma e determinante de sua classe social daí a análise dos estilos de vida de cada classe que se relacionam e interpenetram.

Mulheres de classes diferentes que possuem estilos de vida diferentes, isto é, culturas diferentes, umas mais oprimidas do que outras. As de classe superior têm mais condições e eventualmente conseguem romper as barreiras da dominação masculina do trabalho e do emprego na atividade econômica, as de classe inferior lutam pela produção material da vida e estão relegadas aos empregos mais desvalorizados financeira e socialmente. Apesar de estilos de vida diferentes elas pertencem ao mesmo grupo subalterno em relação à dominação masculina.

A ideia de reprodução social de Pierre Bourdieu permite uma análise cultural que relaxe a submissão à superestrutura, mas que ao mesmo tempo, não perca a sua noção de classe. Dentro disso, a definição de habitus de Bourdieu (1983, p. 82), como “um sistema de disposições duráveis e transponíveis que exprime, sob a forma de preferências sistemáticas, as necessidades objetivas das quais ele é o produto”. Ou seja, o habitus para Bourdieu forma um estilo de vida inscrito dentro de uma determinada condição de existência. Ele programa o consumo dos indivíduos e das classes, pois é ele que define o que é ou não é necessário às suas existências. Ao mesmo tempo, o habitus media a relação entre estrutura social (hegemonia) e a ação dos indivíduos, definindo uma conaturalidade entre indivíduo e sociedade.

O gosto, segundo Bourdieu, é uma propensão e uma aptidão para a aquisição, que pode ser material ou simbólica, de determinados objetos ou práticas culturais. Ao mesmo tempo em que é formado pelo habitus, esse gosto desenvolve um estilo de vida através do conjunto das várias preferências que distinguem e ao mesmo tempo unem um determinado grupo. Seria uma

lógica própria desses grupos se colocarem na sociedade, isto é, um modo de vida que pode ser percebido pela forma de consumo de bens materiais ou simbólicos, como por exemplo: arte, música, vestimenta. Enquanto os grupos populares valorizam os bens de primeiras necessidades, já que vivem ainda dentro do mundo da urgência, as classes médias mais liberadas desse terreno podem consumir vestimentas, o conforto e certo luxo.

Nesse sentido, o estilo de vida da classe hegemônica, é o legítimo e não deixa espaço para a percepção de uma cultura estranha à sua, popular, gerando com isso o que Bourdieu chama de etnocentrismo de classe. Como diz o autor: “nada distingue, com efeito, mais rigorosamente as diferentes classes do que as disposições e as competências objetivamente exigidas pelo consumo legítimo das obras legítimas” (BOURDIEU, 1983, p. 89). Mas para que os grupos alcancem esse estilo de vida e adquiram o gosto específico de uma classe é necessário um capital cultural que pode ser herdado através da família ou adquirido escolarmente. No sentido inverso, o desapossamento cultural é o que caracterizaria as classes populares como princípio distintivo dentro da classificação social.

Poderíamos pensar que a noção de distinção de classes de Bourdieu é engendrada a partir da relação entre a cultura hegemônica e a subalterna. É essa relação dialética entre a reprodução das classes populares de uma cultura legítima reconfigurada para o seu estilo de vida e a incansável procura de distinção das classes dominantes, todo esse sistema é lubrificado por um maior ou menor grau de capital cultural.

Se a relação entre patroas e empregadas domésticas no Brasil pode ser analisada no sentido de exprimir a diferença de classe e de capital cultural, social e econômico entre mulheres, a construção da família é outro fator de fundamental importância. O alto índice de gravidez na adolescência dentro das classes populares e que caracterizam a pobreza feminina é compreendida pela classe dominante como ignorância, acomodação ou fatalismo. São vários os discursos do senso comum que colocam essas jovens mães como sem educação ou simplesmente como preguiçosas já que os métodos anticoncepcionais são de conhecimento geral. Mas compreendemos que esse fenômeno social seria uma estratégia viável de sobrevivência ou mesmo de resistência já que a gravidez não é um acidente, ou falta de cuidado, pelo contrário, o que se observa é a intenção de formar uma família. Isto é, essas jovens querem ter filhos. E seus pais, por sua vez, não veem nada de errado nisso demonstrando que a formação de famílias precocemente significa mais do que ignorância, é uma forma de status para essas jovens, já que elas estão excluídas de grande parte da atividade educacional e social, isto é, a família se torna o centro de seu mundo. Uma das discussões seria se podemos compreender essa lógica própria como resistência das classes subalternas, se certas atitudes são efetivamente resistência ou se são apenas recursos para resolver a materialidade da vida à margem de um sistema cultural hegemônico como, por exemplo, as redes de solidariedade nos bairros e as relações familiares (CANCLIN, 1984).

O que puxa as mulheres de forma geral, sem distinção de classe, para postos de trabalho menores é a sua ligação a fatores que entendemos ser de ordem natural como a família, a gravidez, aleitamento materno, etc. A concepção de que a missão da mulher é o casamento e a procriação, e que cabe a ela o cuidado familiar e a consequente permanência em casa, retira dela a capacidade profissional. As mulheres, em comparação com os homens, têm baixa escolaridade, baixa capacitação profissional e o absentismo ao trabalho é maior entre elas. Tudo isso contribuindo para a noção de que as mulheres, principalmente as de classe social inferior, são um grupo subalterno. Os empregos relegados a esta classe de mulheres inferiorizadas são também inferiores gerando o conceito de subalternidade que engloba mais

do que apenas a questão econômica financeira, este conceito vai além, entra na questão da cultura e da tradição.

A subalternidade hoje possui conceitos alargados, embora ainda tenha como base as categorias subalternas gramscianas que tem o mundo do trabalho por referência, isto é, a relação entre operários e burgueses, essa referência foi pulverizada a partir de novas demandas sociais. Como explica Martins (1989, p. 98) “a categoria subalterno é mais intensa e mais expressiva que a categoria trabalhador”, pois ela não encerra somente a exploração econômica, mas também a dominação e a exclusão política e cultural. Como o ser subalterno não é uma condição que dentro do sistema capitalista poderia se extinguir com o tempo, mas sim um processo que se atualiza e continua a subalternizar os pobres tanto nos países ricos quanto nos países pobres, essa categoria não se explica mais somente a partir do conceito de classe, mas também a partir de conceitos culturais e sociais como as relações de gênero.

Para Spivak (2010, p. 14) são subalternas “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estado social dominante”. Esse estado social dominante priva esses grupos do conhecimento de sua própria situação e do processo histórico que a gerou, isso configuraria o que Martins (1989) chama de “insuficiência cultural” e que é parte constituinte da pobreza.

Os grupos subalternos não podem falar, eles estão silenciados, como coloca Spivak (2010). E as mulheres por sofrerem uma dupla opressão, de classe e gênero, estão duplamente silenciadas.

A dupla jornada feminina

Isto nos leva a pensar no quanto não conseguimos romper com as barreiras impostas pela desigualdade de gênero. Beck (2011) nos diz que mesmo que a partir da década de 80 do século passado tenhamos visto mudanças através da consciência da desigualdade entre mulheres e homens, no mercado de trabalho e na família há uma constância dos papéis sociais masculinos e femininos, completando que “a consciência antecipou-se às relações” (BECK, 2011, p. 150). Isto é, mulheres e homens sabem que vivem em uma sociedade de gênero desigual. Como justificativa o autor lança mão do que ele chama de Feminização da Educação nas décadas de sessenta e setenta do século XX, embora ele argumente que a esta revolução educacional não se seguiu uma revolução no mercado de trabalho e muito menos na família. Isto ocasionaria uma frustração das mulheres, já que estas agora têm mais acesso à educação, mas muitas vezes não conseguem alcançar o mercado de emprego e renda comparativamente aos homens, e continuam em uma posição desigual dependentes da renda do cônjuge, principalmente as que são mães. Outro fator é a persistência da desigualdade na divisão nas tarefas domésticas. Se antes mulheres e homens encaravam como sendo natural o trabalho doméstico ser feminino, hoje as mulheres lutam por uma divisão mais igualitária, o que gera conflitos dentro da família. É como se educássemos nossas filhas para um mundo ao qual elas não conseguem acessar.

A desnaturalização dos processos de dominação, passa pela historicização dos processos de opressão e é o caminho que leva à consciência da desigualdade de gênero provocando com isso a construção de novas categorias de análise social que deem conta das demandas por direitos. Dentro disso a Feminização da Pobreza é uma categoria de análise da sociedade que

leva em consideração duas fragilidades o gênero feminino e a pobreza, e possui características que lhe são específicas (PEARCE, 1978; LAVINAS, 1996). As novas estruturas familiares com as mulheres tornando-se chefes de família e a permanência de discriminações de gênero onde as mulheres ganham salários menores e, além disso, são responsáveis pelo cuidado com a família ocasionam uma dupla jornada de trabalho, fora e dentro do ambiente da casa. Esse contexto determina a falta de autonomia feminina uma vez que lhes é negado o acesso, em primeiro lugar à educação já que a gravidez precoce retira muitas jovens da escola, e em segundo lugar ao trabalho, pois com o cuidado dos filhos e a baixa escolarização os postos de trabalho ficam restritos aos trabalhos domésticos ou de limpeza, isto é subalternos.

A discriminação por gênero atravessa todo o tecido social já que vivemos em uma sociedade androcêntrica, mas consideramos que há diferenças enormes entre o poder de emancipação e reação de uma mulher culta e da elite e de uma mulher pobre e analfabeta. Culturalmente as duas sofrem a mesma opressão e discriminação de gênero, mas de formas distintas, como vimos anteriormente. Pensamos que estas duas categorias, gênero e classe, se somam e produzem justamente o fenômeno da Feminização da Pobreza e isto pode ser percebido na persistência da situação econômica e cultural e na rejeição dos filhos dessas mulheres à pobreza.

No que tange aos pobres, esses grupos excluídos do modelo racional científico não são homogêneos, muito pelo contrário, a pobreza assume várias formas de subordinação e a pobreza feminina é uma de suas categorias. Entendemos assim as mulheres pobres como um grupo duplamente vulnerável dentro de uma sociedade onde a cultura dominante é masculina e da elite econômica liberal. Portanto, esse grupo sofre as consequências de subordinação a partir de duas categorias que se relacionam: gênero e classe.

Dentro dessa perspectiva, nos últimos anos percebemos um aumento nas políticas públicas que reconhecem as mulheres enquanto responsáveis pela família, já que o Bolsa-família e o Minha Casa Minha Vida, para citar alguns exemplos brasileiros bem populares, têm nas mulheres o seu objetivo. Essa é uma política pública de reconhecimento das opressões enfrentadas pelas mulheres pobres, já que são políticas de assistência social. Embora sejam um avanço em certo sentido, uma vez que pretendem amparar e distribuir renda podemos perceber que não arredam um milímetro a questão da subordinação feminina e, principalmente, da violência contra a mulher. Podemos voltar a Lavinas (1996) e sua conclusão de que não há necessidade de políticas de assistência social sexistas, já que em seu estudo, recheado de estatísticas, ela percebe que a desigualdade hierárquica de gênero perpassa todas as classes. Ela defende a ideia de que políticas sexuadas ou de gênero devem atravessar todo o tecido social combatendo toda forma de discriminação por sexo que não se restringe a este ou aquele grupo social. Ela ainda diz que políticas sexuadas tendem a reforçar os papéis sexuais ao tentar ampará-los.

Diminuir as desigualdades de gênero e de renda é uma questão que se coloca urgente e que necessita de políticas sociais direcionadas para as mulheres pobres especificamente. Isso passa pela diminuição da desigualdade social de gênero, mas como coloca Novellino (2004, p. 16), as políticas públicas baseadas no conceito de Feminização da Pobreza são reducionistas uma vez que preveem apenas a redistribuição de renda como meta e não possuem qualquer ação de política de gênero reafirmando assim os papéis sexuais. Para a autora estas políticas deveriam empoderar, estimular e capacitar às mulheres de modo que possam participar competitivamente nas atividades produtivas e ativamente na vida pública, isto é empreender ações transformativas.

Esta é justamente a questão que Fraser (2006, p. 231) discute, ela diz que apenas a redistribuição de renda, nesse caso efetivada através de políticas de assistência social, não resolvem por si só a pobreza e a subordinação feminina. A autora ressalta que é necessário “teorizar a respeito dos meios pelos quais a privação econômica e o desrespeito cultural se entrelaçam e sustentam simultaneamente”. A proposta então é articular redistribuição de renda e reconhecimento cultural no que ela chama de “remédios transformativos” que combinam uma série de medidas econômicas de distribuição de renda e que, ao diminuir a desigualdade social não produzem classes estigmatizadas e fechadas em si mesmas, mas ao contrário, promovem reciprocidade e solidariedade nas relações de reconhecimento. No que Davis (2017, p. 24) faz eco quando diz que, “nossa pauta de empoderamento das mulheres deve, portanto, ser inequívoca na contestação do capitalista monopolista como maior obstáculo da igualdade”. E por monopolista não entendemos apenas a parte econômica, mas sim a esfera do pensamento e da cultura.

Assim, a luta por reconhecimento tendo como objetivo a emancipação da dominação (HONNET, 2009) e mais igualdade na divisão sexual do trabalho deve prever o combate da dominação masculina, opressão, que se observa predominantemente no ambiente privado (doméstico) e também a superação da relação entre capital e trabalho, a exploração.

Às mulheres é imposta a responsabilidade de reproduzir e cuidar do corpo social que mantém o sistema capitalista em funcionamento e ainda desempenhar o trabalho produtivo mais desvalorizado e precarizado desse sistema, levando-as a cair no que chamamos popularmente de “cilada da igualdade”, quando as mulheres no mundo do trabalho procuram desempenhar atividades iguais às dos homens, lutando por empregos e salários iguais, mas no ambiente privado continuam sendo as responsáveis por todo o trabalho doméstico e criação e cuidados da família. Ou seja, elas têm uma dupla jornada de trabalho, revelando com isso como a Feminização do Trabalho pode ser extremamente injusta socialmente se não for acompanhada de medidas de reconhecimento cultural e amparo social.

Considerações finais

Refletir sobre como construímos nossa história, nossa sociedade e as relações entre mulheres e homens é sempre necessário para a busca para um mundo com maior justiça social, com maior igualdade entre os gêneros. Este trabalho buscou discutir a respeito da diferença que se observa no emprego das mulheres e dos homens e como isto foi construído histórica e socialmente. Como produzimos um sistema social, político e econômico que tem como fundamento o trabalho doméstico não remunerado das mulheres.

O sistema capitalista tem nas mulheres as reprodutoras do sistema a partir do patriarcado que dá sustentação e ao mesmo tempo disciplina a família para o mercado de trabalho. Toda e qualquer resistência à isso, como o divórcio, a mulher como chefe de família e os salários menores das mulheres são decorrência de uma sociedade androcêntrica que não reconhece o trabalho feminino.

Os estudos sobre subalternidade feminina que levam em consideração tanto a questão da classe social quanto a questão de um baixo capital cultural, social e econômico nos ajudam a compreender como mulheres não conseguem acessar direitos fundamentais e empregos dignos. Mesmo assim, devemos pontuar a diferença entre mulheres, pois se todas estão mergulhadas em uma sociedade construída por e para os homens a feminização da educação

contribuiu para a capitalização cultural e econômica de algumas e devemos fazer essa diferenciação.

Finalmente, pensamos que devemos sempre refletir criticamente sobre como a participação política, econômica e social das mulheres fazem parte da história humana. O seu trabalho infindável, dentro e fora de casa construiu o mundo em que vivemos. As mulheres não são invisíveis, elas não estão dentro de casa, elas não estão silenciadas.

Referências

- BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 82-121.
- BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- CANCLINI, Néstor García. Gramsci con Bourdieu: Hegemonía, consumo y nuevas formas de organización popular. *Nueva Sociedad: Democracia y política en América Latina*, Buenos Aires, n. 71, p. 69-78, 1984.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, Cultura e Política*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista". *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 14, p. 231-239, 2006.
- HONNET, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- LAVINAS, Lena. As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 464-479, 1996.
- MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MARUANI, Margaret. Emprego. In: HIRATA, Helena et al. *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 85-90.
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. *Aurora*, São Paulo, v. 4, n. 6, p. 59-62, 2010.
- NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. In: *XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, 2004*, Caxambu: ANPOCS, 2004. p. 1- 12.
- PEARCE, Diane. The feminization of poverty: women, work and welfare. *The Urban And Social Change Review*, Boston, v. 11, n. 12, p. 28-36, 1978.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

SILVA, Lisiana Lawson Terra da. *A Fabricação Androcêntrica do Feminino: a construção das relações de gênero como processo educativo na tragédia Agamêmnon de Ésquilo*. 2017. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande-FURG, Rio Grande, 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Ufmg, 2010.

Lisiana Lawson Terra da Silva - Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Especialista em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (lato sensu), Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: lisianalawson@yahoo.com.br